

## **OS HOMELESS E/OU POPULAÇÃO DE RUA: A MOLDURA DA MISÉRIA EM NATAL-RN**

## **THE HOMELESS AND/OR POPULATION STREET THE FRAME OF MISERY IN NATAL-RN**

### **João Manoel de Vasconcelos Filho**

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Mestre em Geografia Urbana pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína.

NUPEG – Núcleo de Pesquisas e Estudos Geográficos (IFRN)

**[jmvasconcelos@yahoo.com.br](mailto:jmvasconcelos@yahoo.com.br)**

### **Gerson Gomes do Nascimento**

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
(UFRN)

Especialista em Geografia do Nordeste pela UFRN

Mestre em Geografia Urbana pela UFRN

Doutor em Ciências Sociais pela UFRN

Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do  
Norte/IFRN.

NUPEG – Núcleo de Pesquisas e Estudos Geográficos (IFRN)

**[gersongomes2003@yahoo.com.br](mailto:gersongomes2003@yahoo.com.br)/[gersongomes@ifrn.edu.br](mailto:gersongomes@ifrn.edu.br)**

### **RESUMO**

Os “*Homeless*” ou população de Rua de Natal-RN objetivou analisar o perfil destes moradores nos seguintes aspectos: opção e percepção de rua, o cotidiano, a visão de cidadania e política. Enquanto metodologia, aplicamos um formulário nos diversos bairros, cujos dados coletados tiveram tratamento quantitativo e qualitativo. Atingido por razões adversas, não restou outra “alternativa” senão utilizar a rua como meio de sobrevivência. Os resultados constataram que a maioria destes moradores, (86,1%) é natural do interior do estado e trabalhavam na agricultura (39,9%). Em relação à cor, predominam os negros e pardos (63,9%). Para (47,2%) destes residentes a rua tornou-se o único meio de vida ante a falta de qualquer perspectiva. Dos entrevistados, (38,9%) não possuem nenhum tipo de documento e (58,3%) nunca trabalharam no mercado formal. Seu relacionamento com a sociedade é considerado ótimo e bom (41,6%), revelando o grau de tolerância desta com os grupos sociais excluídos. Para um melhor entendimento da questão aqui discutida utilizou-se como base teórico-metodológica: DAMIANI, A. L. População e Geografia.1991. MALTHUS, T. R. Primer Ensayo sobre la Población. 1984.MARTINS, J. de S. A Imigração e a Crise do Brasil

Agrário.1973. MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Gründrisse) – 1857-1858. 1977. Dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço Urbano; População de Rua; Miséria.

## **ABSTRACT**

The “Homeless” or population of street Natal-RN aimed to analyze the profile of residents in the following aspects: choice and perception of the street, the everyday, the vision of citizenship and politics. While methodology, we apply a form in different neighborhoods, whose data were collected quantitative and qualitative treatment. Affected by adverse reasons left with no other “alternative” but to use the street as a means of survival. The results found that the majority of residents (86.1%) is natural in the state and worked in agriculture (39,9%). Regarding color, blacks and browns predominate (63,9%). For (47.2%) of these residents the street became the only means of living at the lack of any prospect. Of the respondents, (38.9%) did not have any type of document, and (58.3%) have never worked in the formal market. His relationship with society is considered excellent and good (41.6%), revealing that the degree of tolerance to the excluded social groups. For a better understanding of the issue discussed here was used as theoretical basis and methodological: DAMIANI, A. L. População e Geografia.1991. MALTHUS, T. R. Primer Ensayo sobre la Población. 1984.MARTINS, J. de S. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário.1973. MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Gründrisse) – 1857-1858. (1977). Among other.

**Keywords:** Urban Space, Street Population, Poverty.

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade constitui a base e o sujeito das atividades produtivas capitalistas. Exatamente por isso, esta apresenta grande complexidade, neste momento histórico particular. Se se partir do estudo desta, teríamos que percorrer todos os aspectos, elementos, resultados e conseqüências de suas atividades para melhor conhecê-la, no âmbito não só dos seus resultados materiais, como também da constituição dos sujeitos sociais, o que nos leva a uma cadeia infinita de explicações.

É preciso, então, compreender sua complexidade, começando por decifrá-la a partir dos elementos mais simples e abstratos, que garantam a possibilidade de continuar o movimento analítico e criar como necessidades, categorias mais próximas da complexibilidade do real, no intuito de desvendar o fenômeno tratado, nas suas múltiplas determinações e movimentos, concluindo, então, pelo conhecimento da sociedade.

Desta forma, esses elementos não são arbitrariamente tomados, mas refletem, no nível do conhecimento, os elementos dados de forma bastante prática, e, tidos como cruciais na

explicação de um dado momento histórico, de um dado país, região ou cidade. Assim, foram esses elementos desafiadores que fazem acontecer à ciência que nos impulsionaram a tentar entender e analisar os diversos fatores que compõem a dinâmica dos *homeless* e/ou população de rua na cidade de Natal/RN.

Esses elementos, e/ou categorias de análise que dão acesso à compreensão enriquecida da sociedade, quaisquer que sejam elas ou como se denominam, variam na medida em que são históricos e recuperam no nível do mundo pensado, a realidade sensível em movimento que é constante, processual. O movimento da atividade humana e seus resultados históricos redefinem sempre as categorias mediadoras desse processo de conhecimento e, assim, novas categorias de análise são gestadas.

Todavia, embora o conhecimento não seja exterior, nem anterior à realidade prática, e ela o estimule, esse conhecimento o conduz a uma tentativa de aproximação, em direção à complexidade e à riqueza da realidade prática e histórica (nesse sentido, tornando-se crítico), e/ou pode se deteriorar, reduzindo-se ao especulativo, isto é, alheio ao prático sensível, ou ainda, pode conservar-se de tal forma comprometido com a sociedade analisada, que se transforme em ideologia, num conhecimento falsificado, que sirva para distingui-la e não para desvendar seus conflitos.

A rigor, os limites entre essas formas de conhecimento são, muitas vezes, difíceis de definir. É possível enxergar mais de uma virtualidade numa mesma obra. De qualquer forma, diante do exposto, cria-se um embate em relação à geografia da população, compreendida como primeira aproximação dos fenômenos políticos, econômicos e, principalmente urbanos, constituindo, nesse sentido, o primeiro capítulo dos tratados de geografia humana.

Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar o perfil dos ‘homeless’ e/ou moradores de rua de Natal, levando em consideração os seguintes aspectos: opção e percepção da rua, visão de cidadania e política e seu cotidiano. Como metodologia, foi aplicado um formulário com questões abertas e fechadas nos diversos bairros da capital, cujos dados tiveram um tratamento quantitativo e qualitativo, sendo alicerçados em teóricos como: Amélia Damiani (1991), Thomas Robert Malthus (1984), José de Souza Martins (1973), Francisco de Oliveira (1985) e Karl Marx (1977), dentre outros.

Diante da realidade sócio-econômica instável do país, fato que não se mostra de forma diferente no Rio Grande do Norte, o espaço urbano de Natal incorporou (e ainda incorpora), ao longo do tempo, um “novo” personagem, ou seja, o morador de rua ou ‘*homeless*’, agora,

não mais na figura do andarilho tradicional, mas do trabalhador para quem a vida ficou muito difícil. Atingido pelas sucessivas crises econômicas e sociais que assolam o país, não restou alternativa senão aquela de utilizar a rua como meio de sobrevivência, privatizando o que é público. Assim, a expressão social do entendimento dessa questão, logo, dessa população enquanto movimento, norteou nossas preocupações no que se refere a problemática abordada. É nesse sentido que encaminhamos nossos propósitos neste trabalho.

## **2 Breves considerações sobre população: a teoria de Malthus**

Thomas Robert Malthus escreveu seu primeiro ensaio sobre população no ano de 1798. No ano de 1803, já publicava sua segunda edição ampliada e totalmente reelaborada. Todavia, quatro outras edições se sucederam, sem modificações substanciais face à segunda edição, a última delas em 1826. Nesse sentido, levamos em consideração, para melhor compreensão do estudo, o período que, a nosso ver, tem uma importância fundamental e diferenciada para o entendimento das ideologias pregadas por Malthus que datam do século XVIII, embora que, em países mediterrânicos, tenham se estabelecido esporadicamente já nos séculos XIV e XV.

Esse momento se inicia com a separação de grandes massas humanas dos meios de subsistência e produção (feudalismo), lançadas ao mercado na qualidade de trabalhadores livres. Assim, esse processo tem sua expressão maior e clássica na Inglaterra, exatamente, onde se produz o pensamento de Malthus. Não se trata somente de superação da servidão da gleba e da decadência do regime urbano medieval, ocorridas já em fins do século XIV. Falamos de um processo de expropriação violento iniciado no século XV, que privou da terra os camponeses livres. (MARX, 1977).

Esse processo de acumulação originária, segundo Marx, foi o ponto de partida da chamada acumulação capitalista, uma vez que a relação do capital pressupôs a separação entre os trabalhadores e a propriedade sobre as condições de realização do trabalho. No momento em que Malthus escrevia (final do século XVIII e início do século XIX), vivia-se, na Inglaterra, o desenvolvimento da grande maquinaria, substituindo a manufatura, surgindo, como alguns autores denominam o industrialismo.

Desencadeiava-se, assim, uma verdadeira revolução no meio de trabalho, com o surgimento de um sistema de máquinas organizado na fábrica. Esse sistema revolucionou a vida de milhares de trabalhadores, expulsando-os de seus empregos. O trabalho do homem

adulto, em determinadas fases produtivas, foi substancialmente sendo substituído pelo trabalho de crianças e mulheres, sendo, este, deslocado para novos ramos de produção. Tudo isso trouxe como conseqüências desemprego, movimentação do trabalhador de um lugar para o outro, transformação de sua vida em família, aumento da mortalidade infantil entre outros aspectos., nos relata que

Essa situação econômica e social dramática desencadeou um movimento de quebra de máquinas no começo da história industrial da Inglaterra e de outros países, chamado movimento ludista, ou dos destruidores de Máquinas. Era o início da luta da classe trabalhadora para enfrentar o pauperismo. (DAMIANI, 1991, p. 13)

Nesse sentido, Malthus (1984) traz para o interior de sua leitura da população a discussão do pauperismo. Todavia, as questões levantadas são: em que termos o autor interpreta essa questão, ou seja, se ele cria um véu que o esconde ou dá uma interpretação que o desvenda? O homem malthusiano é uma abstração vazia ou um recurso do pensamento a fim de analisar e sintetizar os conflitos inerentes e reais que as classes menos favorecidas viviam naquele período? É claro que todo esse contexto e jogo de idéias malthusianas, estão diretamente relacionadas ao contexto sócio-econômico e espacial da época por ele vivida, sem a qual não poderíamos entendê-los.

Malthus (1984), em sua primeira versão do princípio de população, polemiza com os chamados socialistas utópicos<sup>1</sup>, cujas obras, de modo geral, propunham uma sociedade mais igualitária como alternativa à situação de miséria vivida. Segundo ele, a causa verdadeira dessa miséria humana não era a sociedade dividida entre proprietários e trabalhadores, entre ricos e pobres.

A miséria seria, na verdade, um obstáculo positivo, que atuou ao longo de toda a história humana, para reequilibrar a desproporção natural entre a multiplicação dos homens – o crescimento populacional – e a produção dos meios de subsistência – a produção de alimentos (MALTHUS, 1984, p. 87).

Contudo, por trás desta constatação, estaria uma lei natural, denominada de lei do crescimento da população num ritmo geométrico e a dos produtos de subsistência num ritmo aritmético. Assim, a miséria e o vício seriam obstáculos positivos, segundo o autor, ao crescimento da população, uma vez que reequilibrariam duas forças tão desiguais. Em outras

---

<sup>1</sup> Referimos-nos a autores como: Condorcet, Godwin, Wallace entre outros.

palavras, o crescimento natural da população seria determinado pela “paixão” entre os sexos, excedendo a capacidade de terra para produzir alimentos para o homem.

A dificuldade da subsistência exercia, segundo o autor, uma forte e constante pressão restritiva, sentida em amplo setor da humanidade, ou seja, os mais pobres ficam com a pior e a menor parte, convivendo com a fome e a miséria. A miséria para Malthus era, portanto, necessária. Ela aparecia na fome, no desemprego, no rebaixamento dos salários, neste caso, então, ela matava, fazia adoecer, reduzia o número de matrimônios, uma vez que seria mais difícil o sustento os filhos, obstáculo preventivo ou obrigação moral.

Por outro lado, ela incitava os cultivadores a aumentar o emprego da mão-de-obra disponível, a abrir novas terras destinadas ao cultivo, reequilibrando assim a relação sociedade/recursos. Ao se ampliarem os meios de subsistência, invariavelmente a população voltava a crescer e, portanto, os pobres viveriam um perpétuo movimento oscilatório entre progresso e retrocesso da felicidade humana.

Assim, a luta pela pobreza, nas condições postas por Malthus, faria triunfar o egoísmo, uma vez que o autor discorda, inclusive, da assistência do Estado aos pobres, considerando-a nefasta, pois, diminuindo a miséria a curto prazo, favorecia o casamento e a procriação dos indigentes. Quanto à produção de alimentos, ela não era limitada, ao contrário, variava de acordo com a existência de espaços cultiváveis, fertilidade do solo, disponibilidade dos empreendedores para se voltarem a essa atividade etc. A título de exemplo, Malthus via nos Estados unidos, um país de espaços cultiváveis abundantes e de terras férteis a serem aproveitadas. Por isso, previa ali, um maior crescimento populacional, que dobraria a cada 25 anos (MALTHUS, 1984).

Seguindo essa lógica, a Europa apresentava diversas dificuldades tais como: menor quantidade de espaços cultiváveis e de solos férteis (a produção em solos menos férteis aumentaria os custos de produção), e, especialmente, uma tendência à concentração de investimentos produtivos na manufatura, deixando terras sem cultivar. Quanto a este último aspecto, Malthus polemiza com Adam Smith (1988), quando este tratava das riquezas das nações, considerando como tais, todo aumento de renda ou de capital da sociedade.

Argumenta o autor, que seria preciso distinguir o número de braços que o capital da sociedade poderia empregar bem como o número que poderia produzir alimentos em seu território. O emprego na manufatura teria, assim, um resultado diferente daquele da agricultura. No caso da manufatura, uma nação poderia enriquecer, mas não poderia manter

um maior número de trabalhadores, pois essa riqueza não viria acompanhada de um aumento de provisões. E mais, poderia atrair mais trabalhadores do campo, diminuindo a produção agrícola.

Dessa forma, o homem malthusiano era aquele sujeito à paixão entre os sexos. Invariável em todas as épocas, essa paixão poderia ser considerada, em termos matemáticos, como uma quantidade dada, traduzida da multiplicação geométrica dos homens. Nesse contexto, a paixão entre os homens, assim definida, se reduzia a uma função – a procriação, regulada pela miséria e os vícios e/ou pelo matrimônio e o celibato. Todavia, o grande equívoco desse autor foi, não atentar para o fato do avanço técnico-científico-informacional que, a seu turno, aumentaria sobremaneira a produção de alimentos como se vê na atualidade.

Na análise de Malthus (1984), fica claro que os problemas sociais são gerados pelo grande contingente populacional. No caso do presente estudo percebe-se que a problemática social não está vinculada ao aumento descontrolado da população, mas, e antes de tudo, aos profundos problemas estruturais e conjunturais que vivem a sociedade brasileira como um todo. Além do mais, a crítica a esta reflexão malthusiana serve de alerta para desmascarar os preconceitos e outras formas sórdidas e desvirtuadas de tratar o problema da pobreza no Brasil.

### **3 A Moldura da Miséria: uma análise da população de rua e/ou “homeless” em Natal/RN**

As condições de vida da periferia das grandes cidades brasileiras na atualidade revelam que seus moradores, em sua grande maioria, vivem seguramente outro tempo histórico, quando comparado aos moradores abastados e bem servidos. O tempo histórico vivido por eles é o da falta de saneamento, dos esgotos expostos, da violência constante, da deteriorização das condições médicas e educacionais etc. Portanto, é preciso relativizar a generalização suposta das conquistas, ou reconhecer que os níveis de sua apropriação são bastante diversos.

Os níveis de exploração, de desemprego e/ou subemprego do trabalhador brasileiro são outra face desse processo de exclusão: exclusão da cidade, de uma vida digna, da vida para além da simples sobrevivência degradante, que tem se tornado uma constante nas ruas e avenidas das grandes cidades do país, quando do aumento da população de rua, fato que não

se mostra de forma diferente em Natal. Nesse contexto, não é possível compreendê-los sem, contudo, analisar a sociedade como um todo.

Nesse sentido, nos referimos aos níveis de expropriação, ou seja, expulsão da terra rural e urbana, através de um processo de concentração da propriedade, que o aumento do preço da terra revelou, os termos de exploração do trabalho, a que as camadas pobres estão sujeitas, a falta de mão-de-obra qualificada no Brasil que expulsou a população economicamente ativa para empregos ou subempregos com baixa remuneração, ao desemprego estrutural, decorrente dos avanços tecnológicos, nos termos do desenvolvimento capitalista neste país..

As condições de desenvolvimento do capitalismo nos seus países de origem, explicam a saída desses milhões de indivíduos. Embora os movimentos de população não tenham necessariamente o caráter diretamente compulsório, como no caso da mercantilização do escravo, eles resultaram e, ainda resultam de constrangimento. No Brasil, a maioria da imigração envolveu uma população expropriada e empobrecida. É neste sentido que Martins em *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário* nos afirma que

[...] a maioria da imigração para o Brasil e em especial a italiana, decorreu da desaparecimento do capesinato no seu lugar de origem. Aparentemente instalados aqui, nas fazendas de café ou nos núcleos coloniais, os imigrantes preservariam um modo de vida camponês. Contudo, o sentido desse processo era a criação de um proletariado potencial. Com o colapso do regime de trabalho escravo no Brasil, deuse, em meados do século XIX, a progressiva substituição do cativo pelo trabalho livre (MARTINS, 1973, p. 67).

Como vemos, tanto as migrações internacionais, como as migrações internas (rural-urbana e rural-rural), comprovaram o processo de expropriação, a concentração da propriedade e de exploração que marcaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Se no discurso sobre o subdesenvolvimento, à migração era considerada um elemento secundário de análise, sendo ressaltado o crescimento vegetativo, natural, segundo a literatura em ciências sociais, especialmente a partir dos anos de 1960, houve uma inversão, ou seja, o crescimento natural aparece, hoje, como subordinado à análise da migração. Neste momento, a migração rural-urbana define-se como fundamental.

Entretanto, muitos estudos demonstram que houve excesso de procura de emprego, em relação à oferta. O estabelecimento de grandes monopólios internacionais no Brasil e a utilização de técnicas avançadas, expulsou trabalhadores tanto nas cidades, como no campo,



fato que “obrigou” muita gente a migrar para as cidades, na busca de melhores condições de vida, fato que não se consumou. As cidades não conseguiram suprir a demanda de trabalhadores rurais mal qualificados. Nesse sentido, muitos destes foram morar na periferia, em favelas, e, outros, se tornaram moradores de rua, fato que em Natal não foi diferente (OLIVEIRA, 1985).

Esse caminho leva à análise de setores de atividade modernos e/ou tradicionais reproduzidos nas cidades, ou setores formais e informais, ou ainda, setores marginais. São várias as formas de interpretação desse fato primordial, ou seja, o excesso de trabalhadores nas cidades, frente ao volume de emprego e a conseqüente massa de pedintes e moradores de rua que foram expropriados e só cresceu nos últimos anos no país. Em Natal, esse fato só pode ser compreendido quando do processo de expansão urbana verificado na cidade, associada a momentos particulares da economia do estado e do próprio quadro econômico nacional, notadamente a partir da década de 1950.

Entretanto, evidenciamos que a política econômica nesse período no Brasil, caracterizou-se, principalmente, por uma rápida industrialização, notadamente no Centro-Sul do país. Deixando de lado, o desenvolvimento social. Dessa forma, tomando como base a realidade local, achamos necessário, evidenciar através de uma tabela, a evolução do crescimento populacional da cidade de Natal/RN, a partir da década de cinquenta (1950) até o último prognóstico censitário realizado em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que tem como maior conseqüência, um acelerado processo de urbanização que vem se consolidando nos dias atuais. A tabela abaixo mostra a evolução do crescimento populacional de Natal/RN de 1950 a 2010.

Tabela: Evolução do crescimento populacional da cidade de Natal/RN de 1950 a 2010.

ANO	NATAL
1950	103.215
1960	160.253
1970	264.379
1980	457.031
1991	606.887
2000	712.317
2010	850.889

Fonte: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2010.

Portanto, o crescimento populacional de Natal verificado na tabela acima, principalmente nas últimas décadas, está associado, essencialmente, à decadência do sistema econômico potiguar, formado pelo tripé gado-algodão-agricultura de subsistência (COSTA, 2000). Por sua vez, a decadência dessas atividades está atrelada à falta de investimentos por parte do poder público, a baixa capitalização do homem do campo, bem como pelas precárias condições ambientais decorrentes da semi-aridez da região na qual se praticava essas economias, penalizando ainda mais o sertanejo.

Nesse contexto, a população que trabalhava nesses setores da economia no estado, viu-se “obrigada” a migrar em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos que, no caso específico do Rio Grande do Norte, Natal foi o destino de muitos desses migrantes. Nesta perspectiva, “a lentidão com que se processou o seu crescimento e o de sua economia pode também estar relacionado pelo sistema pecuária-algodão-cultura de subsistência, que se constituía no eixo da exploração agrícola e da formação social sertaneja”. (COSTA, 2000, p. 60)

Todavia esses retirantes ao chegar na cidade nem sempre conseguiam emprego e moradia, isto ocorre em função de seu baixo nível de escolaridade, não restando outra alternativa que não fosse a rua para fixar residência, ou seja, ocasionando com isto a privatização do espaço público.

Assim, analisando a espacialidade urbana da cidade de Natal/RN, nos deparamos com um quadro socioespacial urbano reconstituído e que, por sua vez, traz as marcas de políticas governamentais que davam claramente suporte ao crescimento e expansão da economia local, reproduzindo, assim, a economia em âmbito global, fato que se refletiu de forma direta na sua espacialidade urbana. Esse aspecto de crescimento econômico na cidade em detrimento do social, só fez aumentar sua população de rua que, não conseguindo se enquadrar em postos de trabalhos avançados e nem mesmo em subempregos (informais), se espalhou nos diversos bairros da capital, privatizando lugares públicos pela falta de opção de moradia, de inclusão social, logo, de cidadania.

A fim de obtermos os resultados propostos pelo trabalho, ou seja, do perfil desses moradores nos aspectos levantados pela pesquisa: opção e percepção da rua; o

cotidiano; a visão de cidadania e política destes aplicamos um formulário com questões abertas e fechadas sobre nosso objeto de pesquisa, nos principais bairros de Natal<sup>2</sup> (Cidade Alta, Neópolis, Capim Macio, Cidade da Esperança e Candelária), onde se concentra a maior parte dessa população, dando, em seguida, uma análise quantitativa e qualitativa destas, baseadas em autores já mencionados em algum momento neste trabalho.

Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstraram que a grande maioria (86,1%) desses moradores é natural do interior do estado e trabalhavam na agricultura (39,9%). A falta de incentivos por parte do Estado associado à mecanização do campo fez com que essa população migrasse em busca de melhor sorte, tendo a capital potiguar como destino principal. Em relação à cor, predominam os negros e pardos, com um percentual de 63,9% do total pesquisado. Para o maior percentual dessa população (47,2%), a rua tornou-se o único meio de vida, logo, local de moradia (privatização do espaço público), ante a falta de qualquer perspectiva na atualidade de aquisição da casa própria e/ou, ao menos, um barraco em alguma favela da cidade.

No que se refere à condição de vida desses moradores de rua, 56,6% consideraram como ruim e/ou péssimo, o fato de não terem uma casa para morar, ou seja, um lugar fixo para instalar, principalmente a noite, quando muitos são vítimas de assaltos de menores infratores e abusos sexuais de outros moradores de rua, além da violência a que estão expostos todos os dias. Esse fato pode ser comprovado, quando de alguns depoimentos do tipo: “a rua é ruim demais, não temos paz”; “a rua é um local solitário e triste”; “as pessoas nos ignoram, nos tratam como bichos, têm medo da gente”. Chama a atenção, ainda, o fato de que a maioria dessa população sobreviver apenas da ajuda recebida da sociedade civil (55,6%), sem contar com ajuda de nenhuma instituição governamental.

As doenças mais freqüentes desses moradores são; gripes, doenças de pele e diarreia, devido, principalmente, à falta de higiene e ajuda médico-hospitalar, pois muitos deles, sequer procuram por ajuda nos hospitais públicos do estado, vindo muitas vezes a óbito. Dos entrevistados, 39,9% do total, não possuem nenhum documento, considerando-se excluídos da sociedade, uma vez que a documentação serve de identificação, dando-lhes direito a exercer

---

<sup>2</sup> Devemos esclarecer que, os “homeless” aqui denominados como moradores de rua, existem praticamente em vários bairros da capital potiguar, entretanto, são os mencionados acima, que se concentra os maiores contingentes dessa população verificado no ato desta pesquisa.

cidadania. 58,3% dessa população nunca trabalharam no mercado formal. Seu relacionamento com a sociedade é considerado ótimo e bom por 41,6% dos entrevistados, o que denota uma contradição destes, pois muitos afirmaram que a sociedade os ignora completamente.

Desta forma, esta questão levantada se torna bastante preocupante, uma vez que são “sinais expressivos do quanto à sociedade pode tolerar a pobreza sem uma interpretação direta, no que se refere à perspectiva de minimizá-la e/ou erradicá-la (YAZBEK, WANDERLEY, 1992, p. 129)”. Quanto aos seus direitos de cidadãos, 38,9% afirmaram “não saber se tem algum”, pois a sua condição de pedinte não é vista de forma única, ou seja, muitos se envergonhavam, outros achavam bons e alguns se acomodaram ao longo do tempo nessa condição. Com relação a este último aspecto, a pesquisa revelou que 2,3% dessa população tinha o segundo grau completo e família, entretanto, devido a bebida e o envolvimento com drogas ilícitas, muitos saíram de casa, encontrando na rua sua “liberdade” para realizar seus desejos e/ou vícios sem serem incomodados pelos familiares nem a cobrança da sociedade.

Como última questão de análise dessa pesquisa, destacamos como resultado, a opinião destes moradores de rua sobre os políticos nas esferas municipal, estadual e nacional. Dessa forma, (72,2%) dos entrevistados se mostraram muito descrentes dessa classe quando afirmaram que nem em época de eleição são procurados e/ou tenham alguma prioridade em termos de programas que venha a dar algum tipo de oportunidade de inserção na sociedade.

Sobre a questão do voto, 71,1% responderam que este “não serve para nada, apenas para enriquecer quem já tem muito dinheiro”, revelando que há muito não votam nas eleições. Assim, o futuro para esse grande percentual de moradores de rua em Natal é visto sem perspectivas, pois para a maioria deles, saber que ser pobre é não ter nada, incluindo aí, os direitos que todos os cidadãos deveriam estar acobertados pelo Estado Brasileiro nas suas várias esferas.

### **Considerações Finais**

Hoje, o crescimento demográfico se destaca como uma das razões, entre tantas outras, para a manutenção de “esquemas” de homogeneidade, baseados nos imperativos da indústria, da organização e do crescimento, em vez de ressaltar os diferentes problemas para

cada país, para cada povo e para cada cultura. Mais ainda, induziria, novamente, entre outras razões, à perspectiva do crescimento ilimitado da produção e da produtividade.

No caso de países periféricos como o Brasil, essa questão se torna, ainda, muito mais complexa, uma vez que vivemos numa constante incerteza, no que se refere à estabilização econômica. Em outras palavras, isso significa que vivemos uma situação de penúria, social e econômica que nos impele ao crescimento, tornando-nos vulneráveis à ideologia do crescimento ilimitado, ou seja, o crescimento, quando aparece, surge, ainda, como vital às necessidades básicas, ainda longe de serem satisfeitas e que, por sua vez, penalizam, notadamente, aqueles menos aquinhoados da sociedade.

Este fato não elimina a crítica a um modelo de crescimento que se consolidou, no qual está implícito o esvaziamento do desenvolvimento social, isto é, o desnivelamento entre crescimento econômico em detrimento do social, mesmo levando em consideração, as necessidades básicas satisfeitas. Infelizmente, no que se refere à população de rua de Natal, nos deparamos com mais uma forma de pobreza absoluta, que se reproduz a cada dia, deixando suas marcas em sua espacialidade, mostrada tão claramente nas ruas, nos prédios antigos e abandonados, nos canteiros das largas avenidas movimentadas, onde os transeuntes passam alheios as “figuras” que se tornaram “naturais” na atual paisagem urbana da cidade.

Nesse sentido, há “diferenças” consentidas no seio de um processo de hierarquização e reprodução das desigualdades sociais, que envolvem, entre outros aspectos, segregações socioespaciais. Assim, contradições são recriadas o tempo todo nesse processo, gerando lutas por diferir; por parte das mulheres, dos jovens, dos povos, das raças, das etnias, e, principalmente, pelo grande contingente de “homeless” que estão nas ruas de todas as grandes cidades do país, fato que em Natal, não se constitui uma exceção.

O resultado e significado dessas lutas são muito diversos, compreendem desvios e riscos, contudo, comportam a virtualidade de tornar cada vez mais real, os direitos escritos e fazer avançar o processo de humanização entre todos na sociedade. É nesse sentido que caminha a luta de todos que almejam e desejam uma sociedade mais justa e mais solidária, pois iríamos de encontro com as formas de tratamento das diferenças, na base mesmo da noção absoluta de inferioridade e da superioridade. Para isso, bastamos observar as formas de racismo, de discriminação que ainda persistem em vários aspectos da nossa sociedade. Vencer

tudo isso, constitui a base maior para todos aqueles que acreditam em mudanças verdadeiras e que isso é possível.

## **REFERÊNCIAS**

COSTA, A. A. da. **Impactos sócios espaciais do crescimento urbano em Natal-RN: um estudo do processo de verticalização**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2000.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

MALTHUS, T. R. **Primer Ensayo sobre la Población**. Madri: Alianza, 1984.

MARTINS, J. de S. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Gründrisse) – 1857-1858**. Vol. 2, México, Siglo Veintiuno, 1977.

OLIVEIRA, F. de. **Malthus e Marx**. – Falso Encontro e Dificuldade Radical. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Unicamp, 1985.

SMITH. A. **A riqueza das nações: investigando sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

YAZBEK, M. C. ; WANDERLEY, M. B. **A luta pela sobrevivência na cidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

Recebido para publicação em 09/07/2012

Aceito para publicação em 17/09/2012